



**CORPOS ALÉM DAS TELAS: O
debate sobre inteligência
artificial e proteção de dados em
uma perspectiva transcentrada**

14° Fórum da Internet no Brasil (FIB14)

**Corpos além das telas: o debate sobre inteligência
artificial e proteção de dados em uma perspectiva
transcentrada**

Brasil, 2024

PROPONENTE

Lauri Nobre Carvalho - Nuvem Psicologia (CRP 24/04139)

Setor Empresarial

Região Norte

COPROONENTE

Rede Transfeminista de Cuidados Digitais

Terceiro Setor

Região Nordeste

TEMAS

DINC - Gênero

NTIA - Inteligência Artificial

PRIS - Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

RELATORIA

Rudá Lemos (ciber_org)

Setor Empresarial

Região Sul

REVISÃO E CAPA

Bruni E. Fernandes

Comunidade Científica e Tecnológica

Região Sudeste

SINOPSE DO PAINEL

O desenvolvimento de novas tecnologias tem ganhado o debate (inter)nacional, especialmente pelo desenho de produtos de inteligência artificial e o manuseio de dados pessoais. Em uma sociedade datificada, os debates sobre IA e proteção de dados se tornam emergentes e necessários, especialmente quando se referem a corpos transvestigêneres. Logo, esta mesa propôs um enfoque nesses debates a partir de perspectivas transcêntricas visando contribuir para mitigar vieses e violências em uma tecnossociedade cisconstruída.

ESTRUTURAÇÃO DO WORKSHOP

Objetivos propostos e atingidos:

- 1) Discussão da relação entre tecnologia, cisnormatividade e transfobia;
- 2) Discussão dos efeitos de tecnologias de IA e o manuseio de dados pessoais sobre a vida de pessoas transvestigêneres;
- 3) Compartilhamento de reflexões sobre o manuseio de dados e o desenho da inteligência artificial a partir de corpos transexuais, travestis e não binários, entendendo-as não apenas como subatendidos pela tecnologia, mas como parte de todo o processo.
- 4) Desenvolvimento de estratégias para a construção de lentes transcêntricas para este debate.

Resultados propostos e atingidos:

- 1) Compreensão da correlação entre tecnologia, cisnormatividade e transfobia para visibilizar a responsabilidade coletiva no desenvolvimento de novas tecnologias e no manuseio de dados;
- 2) Vislumbramento dos impactos da tecnologia na constituição das subjetividades a partir do desenvolvimento de IA e do manuseio de dados pessoais;
- 3) Apresentação/desenvolvimento de estratégias para a promoção de uma internet mais transcêntrica, mitigando vieses e violências.

Relação do tema com a Governança da Internet:

O Brasil mantém, pelo 13º ano consecutivo, a liderança do *ranking* mundial de assassinatos de pessoas transexuais e travestis, conforme dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) de 2022. Esse cenário perpetua a realidade de uma expectativa de vida média de apenas 35 anos para essa população (ANTRA, 2022). Tal problemática, lamentavelmente, permanece sendo subestimada no contexto nacional da segurança pública, refletindo a triste ideia de que vidas transvestigêneres não importam (BUTLER, 1993).

Paralelamente, o desenvolvimento e a implementação de tecnologias expõem membros dessa comunidade a diversos riscos e negligências estruturais, tanto no âmbito da segurança pública quanto no acesso a serviços públicos. A utilização de câmeras de reconhecimento facial, por exemplo, ilustra essa situação, já que esses sistemas, em sua maioria, são construídos de forma a ignorar identidades de gênero autopercebidas de pessoas trans, chegando, por vezes, a negar-lhes até mesmo a identidade humana (TIC GÊNERO, 2022). Tal como a IA, a manipulação de dados pessoais tende a reforçar estereótipos que violentam as identidades trans.

Além dessas preocupações intrínsecas, é necessário destacar ausências de diversidades específicas no Fórum da Internet no Brasil (FIB) - o principal espaço de debate sobre internet no país. Em suas 13 edições anteriores, o evento não contou com uma mesa composta inteiramente por pessoas trans, enquanto frequentemente realiza mesas exclusivamente com pessoas cisgêneras. Isso realça a relevância deste painel não apenas como uma plataforma informativa, mas também como uma oportunidade crucial de ampliação da visibilidade das experiências de pessoas trans na Governança da internet. Tais experiências são ricas, diversas e múltiplas, mas ainda frequentemente invisibilizadas. Por fim, é preciso frisar que a presente proposta colabora para a promoção do decálogo da internet na perspectiva da promoção de tecnologia a partir de uma cultura de diversidade.

Metodologia de participação do público proposta e desenvolvida:

Foram realizadas duas rodadas de perguntas - feitas tanto pelo público presencial quanto pelo on-line - com 15 minutos de duração cada que foram nomeadas como "Pajubá: é hora de falar". A primeira

ocorreu na metade do painel. Já a segunda ocorreu no final das apresentações das/dos/dês palestrantes.

Por fim, como forma de engajamento da plateia nas redes sociais, houve o lançamento de um mapeamento de pessoas transexuais, travestis e não binárias na Governança da Internet e na tecnologia no Brasil convidando todas as pessoas para contribuírem com sua divulgação e/ou participando.

PALESTRANTES

Amanda Anderson de Souza

Ministério da Previdência Social
Setor Governamental

Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério da Previdência Social, bacharel em Direito, pós-graduada em Direito Achado nas Ruas pela Universidade de Brasília (UnB), articuladora parlamentar e jurídica no Congresso Nacional brasileiro. Responsável por *advocacy* parlamentar da Aliança Nacional LGBTI+, Semear Diversidade e RedeTrans Brasil.

Ariel Pimentel

Rede Transfeminista de Cuidados Digitais
Terceiro Setor

Entusiasta da tecnologia, dedica esforços ao aprendizado de administração de sistemas Linux e cibersegurança. Atualmente, é administrador de sistemas na Rede Transfeminista de Cuidados Digitais, que tem por objetivo construir infraestruturas transfeministas e atua sob uma perspectiva de cuidados digitais com foco em softwares livres e *open sources*.

Lunara Santana

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Comunidade Científica e Tecnológica

Cientista de dados e consultora técnica do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife (IP.rec), graduada em Ciência da Computação pelo Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco (CIn/UFPE) e pós-graduanda em Ciência de Dados pelo Programa de Especialização em Software da Embraer em parceria com a UFPE. Tem experiência nas áreas de inteligência artificial e engenharia de software, sobretudo nos temas: aprendizagem de máquina,

processamento de linguagem natural, recuperação de informação, ciência de dados, métodos formais e engenharia de linguagens de programação. Orgulhosamente travesti e pernambucana.

Will Pereira

WGP Advocacia e Consultoria Jurídica
Setor Empresarial

Advogado e consultora jurídica, mestra em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), pesquisadora do Instituto de Referência em Internet e Sociedade (IRIS), ativista LGBTQIA+ e negra. Coordenadora do Coletivo de Pesquisa e Ativismo de Rondônia sobre Tecnologia, Estado e Sociedade (C-PARTES).

MODERAÇÃO

Bruni E. Fernandes

Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (EBA/UFMG)
Comunidade Científica e Tecnológica

É bacharel em Estudos de Edição pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (FALE-UFMG), mestre e doutorando em Artes Visuais pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da mesma instituição (PPG-Artes/EBA-UFMG). É multiartista, pesquisador, editor independente, escritor, ativista e articulador cultural. Em suas pesquisas artísticas, acadêmicas e poéticas, investiga e articula raça, representação, transfuturismo, escrita performática, políticas culturais, performatividades afropindorâmicas, o livro como espaço performático e consciência mestiça nas artes contemporâneas.

RELATORIA

Rudá Lemos

ciber_org

Setor Empresarial

ciber_org investiga a construção da identidade no século XXI a partir da sua vivência como corpo trans_modificado e ubíquo_conectado. Sua trajetória artística é multidisciplinar e se expande para além do campo das artes visuais, tendo desenvolvido trabalhos em parceria com outros artistas no teatro, na música e no audiovisual. ciber_org é engenheiro de dados e desenvolvedor de software.

CONSENSOS, DISSENSOS E PROPOSTAS APRESENTADOS NO DEBATE

| <p>TIPO DE MANIFESTAÇÃO (posicionamento ou proposta)</p> | <p>CONTEÚDO</p> | <p>CONSENSO OU DISSENSO</p> |
|---------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|
| <p>Posicionamento (Lunara Santana)</p> | <p>A inteligência artificial e engenharia de software são áreas correlatas.</p> | <p>Consenso</p> |
| <p>Posicionamento (Lunara Santana)</p> | <p>O software é desenvolvido pensando em um cenário ideal de como o mundo deveria funcionar.</p> | <p>Consenso</p> |
| <p>Posicionamento (Lunara Santana)</p> | <p>O termo inteligência [inteligência artificial] acaba criando uma aproximação falaciosa no processo de pensamento humano.</p> | <p>Consenso</p> |
| <p>Posicionamento (Lunara Santana)</p> | <p>A realidade em que se baseiam os softwares de inteligência artificial é apenas uma das diversas existentes. Na verdade, reflete a realidade de quem cria esses softwares, em sua maioria, homens brancos cisgêneros do Norte global.</p> | <p>Consenso</p> |
| <p>Posicionamento (Lunara Santana)</p> | <p>A inteligência artificial é sempre enviesada justamente para resolver um dado problema. Existindo um grupo pequeno construindo os dados - que, supostamente, demonstram um universalismo -, sempre vai excluir boa parte das minorias sociais.</p> | <p>Consenso</p> |
| <p>Posicionamento (Lunara Santana)</p> | <p>Tecnologia não pode ser dissociada da sociedade. A tecnologia como um todo não é um organismo próprio, ela evolui dependendo da sociedade.</p> | <p>Consenso</p> |
| <p>Posicionamento (Lunara Santana)</p> | <p>Os Keyes (sistema automático de gênero) são treinados para reconhecer gênero de uma forma binária, imutável e fisiológica, sendo, portanto, extremamente problemáticos.</p> | <p>Consenso</p> |
| <p>Posicionamento (Will Pereira)</p> | <p>O baixo índice de empregabilidade de pessoas</p> | <p>Consenso</p> |

| | | |
|------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| | trans, travestis e não binárias nas áreas da tecnologia demonstra os problemas envolvidos da inteligência artificial, por exemplo. | |
| Proposta (Will Pereira) | Enxergar gênero e identidade de gênero como dados sensíveis no art. 5º, inciso II, da LGPD. | Consenso |
| Posicionamento (Will Pereira) | Necessário o aumento de pessoas trans, travestis e não binárias dentro de locais possíveis de formulação de políticas públicas, mas também dentro do próprio CGI. | Consenso |
| Proposta (Will Pereira) | Necessidade de atualização do cadastro no FIB. Inserir opções além da cisgeneridade e retirar o termo "outros". | Consenso |
| Proposta (Will Pereira) | Transparência de dados quanto à participação de pessoas trans nos painéis do FIB. | Consenso |
| Proposta (Will Pereira) | Reformulação de políticas sobre participação no Comitê Gestor da Internet do Brasil, bem como uma política de responsabilização proporcional nos painéis do FIB. | Consenso |
| Proposta (Will Pereira) | Criação de ação afirmativa no CGI para incluir pessoas trans em programas como Youth para além dos 25 anos devido à expectativa de vida baixa e acesso tardio à espaços de educação. | Consenso |
| Posicionamento (Lunara Santana) | Deve-se mudar a forma de pensar tecnologia, lembrando que ela é uma "área meio...". | Consenso |
| Posicionamento (Ariel Pimentel) | Durante uma transição de gênero, as características faciais podem mudar significativamente quando a pessoa opta por fazer a terapia hormonal, o que gera falhas frequentes nos sistemas de reconhecimento facial. | Consenso |
| Proposta (Ariel Pimentel) | Inserção de pessoas trans na área de tecnologia, sendo fundamental garantir que elas tenham acesso à educação e oportunidades de carreira na área de tecnologia. | Consenso |

| | | |
|-------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| Proposta (Ariel Pimentel) | Treinamentos imersivos e obrigatórios em diversidade e inclusão para pessoas que trabalham com tecnologia, a fim de que conheçam e saibam sobre as violências e os desafios da comunidade trans. | Consenso |
| Proposta (Ariel Pimentel) | Revisão contínua e crítica de algoritmos e sistemas para identificar e corrigir vieses embutidos. | Consenso |
| Posicionamento (Amanda de Souza) | Destacou que é preciso o levantamento de dados estatísticos para que seja possível fomentar políticas públicas dentro do Âmbito do Governo Federal. | Consenso |
| Posicionamento (Amanda de Souza) | A internet, mesmo com a LGPD, continuou sendo um campo sem lei para os corpos trans, travestis e não binários. | Consenso |
| Posicionamento (Amanda de Souza) | Há um apagamento de crianças e adolescentes trans. | Consenso |
| Posicionamento (Amanda de Souza) | Os enfrentamentos dentro do campo da internet devem ser regulados pela Casa Legislativa. | Consenso |

SÍNTESE DA RELATORIA

Apresentadas as problemáticas sobre a coleta e o tratamento de dados referentes à população de pessoas trans, travestis e não binárias, apresentados os contextos de pesquisa, desenvolvimento e produção de softwares e outras tecnologias pautados em universalismos próprios da cis-heteronorma racista e patriarcal, foram elencadas aqui, a partir de uma perspectiva multissetorial e transcetrada, diversas estratégias para modificar o cenário atual.

Promover mudanças que vão desde a produção de um pensamento crítico sobre o desenvolvimento de tecnologias à inserção de pessoas trans no mercado de trabalho, da construção de políticas de formação técnica à inserção de pessoas trans nas comunidades científicas e tecnológicas, pautando a necessidade de coleta de dados sobre essa população, mas também de elencar esses dados como dados sensíveis sob a LGPD.

Foi apontado também, com alegria e pesar, o ineditismo de uma mesa como esta em 14 edições do Fórum da Internet no Brasil, e a urgência em incluir uma pessoa trans no Comitê Gestor da Internet para evitar que, em um evento como este, que aprova mesas com essa temática, não mais exista um formulário de inscrição que elenque as nossas identidades dissidentes como "Outros", em uma política de silenciamento e reducionismo dessas identidades.

Esta mesa é composta por várias pessoas, primeiras pessoas trans a acessarem suas respectivas áreas de expertise, e algumas que, mais uma vez, pela primeira vez acessam o FIB. Tanto a mesa como o público presente presencialmente e on-line entendem a necessidade de que esta não seja mais a única mesa transcetrada de um evento desta importância, e de que mais pessoas trans estejam presentes nas próximas edições em painéis transcetrados, e também não transcetrados. E que não estejamos sempre fadados a falar apenas sobre a transgeneridade, mas sobre os diversos temas que pesquisamos e sobre as diferentes realidades em que atuamos.

TRANSCRIÇÃO DAS FALAS DO DEBATE

Foi decidido pela relatoria que a potência das falas apresentadas não seria demonstrada por simples descrição ou resumo delas. Sendo assim, optou-se pela transcrição na íntegra de todas as falas desenvolvidas durante o *workshop*, pois assim foi possível construir este relatório como mais uma ferramenta a contribuir para a de visibilização das pessoas presentes na mesa e o público.

Lauri Nobre Carvalho - PROPONENTE (SETOR EMPRESARIAL)

Antes de explicar por que é que estou aqui, eu vou me autodescrever para vocês. Eu sou uma pessoa branca de cabelo escuro, estou usando um blazer rosa, óculos rosas e um brinco grande com cores pastéis. Eu sou a Lauri, uma pessoa não binária, nortista de Rondônia, psicóloga e pesquisadora do C-PARTES [Coletivo de Pesquisa e Ativismo de Rondônia sobre Tecnologia, Estado e Sociedade].

Estou aqui pra uma intervenção muito rápida. Não vou compor a mesa, mas a gente decidiu coletivamente que seria legal eu me apresentar, porque desde a proponente até a relatoria nosso painel é formado exclusivamente por pessoas trans, inclusive o primeiro painel exclusivamente trans da história do FIB.

Então, pensar este painel é importante não só no quesito da multissetorialidade, mas também de uma multitransgeneridade: entender que a gente é diverso, que a gente não fala só sobre ser trans, que a gente fala sobre muitas outras coisas e que somos diferentes. Apesar De a gente ser um grupo com características comuns, temos coisas diferentes para falar.

Quero muito agradecer por ter esse espaço, por terem aprovado esta proposta e espero que seja muito proveitoso para vocês ouvirem essas pessoas maravilhosas que eu estou honrado e vocês também terão a honra de ouvi-las.

Bruni E. Fernandes - MODERAÇÃO (COMUNIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA)

Eu sou uma pessoa negra de origem indígena, estou com óculos pretos, tenho cabelos curtos e estou com uma blusa de crochê que eu mesmo fiz. Bom, eu vou começar introduzindo o que é o nosso painel. Este é o primeiro painel inteiramente composto por pessoas trans da

história do FIB. Nós contamos aqui, como todos os painéis do FIB, com um debate multisetorial, então temos a Amanda, representando o Setor Governamental pelo Ministério da Previdência Social; temos a Wil, representando o Setor Empresarial pela WGP Advocacia e Consultoria Jurídica; temos o Ariel, representando o Terceiro Setor pela Rede Transfeminista de Cuidados Digitais; temos a Lunara, representando a Comunidade Científica e Tecnológica vinculada ao IP.rec; eu, Bruni, representando a Comunidade Científica e Tecnológica vinculado à EBA-UFMG; e temos o Rudá, representando o Setor Empresarial, como ciber_org que está fazendo a relatoria.

Bom, durante nosso painel a gente vai debater três questões centrais. A primeira delas é: como o debate sobre tecnologia pode afetar pessoas trans, travestis e não binárias, especialmente o sistema de proteção de dados e IA? A segunda questão é: quais estratégias podem contribuir para enfrentar vieses e a transfobia na tecnologia? Entre cada bloco, a gente vai ter um momento de pergunta e resposta que a gente denominou "Pajubá: é hora de falar". Então, eu vou passar para a primeira pessoa que vai abrir nosso painel, que é a Lunara, para que ela se apresente.

Lunara Santana - PALESTRANTE (COMUNIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA)

Eu sou uma pessoa branca de cabelos encaracolados preto arroxeados, estou usando uma calça preta e uma blusa branca e um cardigã preto. Eu trabalhei bastante tempo na IP.rec como pesquisadora, e hoje eu sou consultora técnica de lá. Eu sou formada em Ciência da Computação pelo Centro de Informática da UFPE e atualmente faço uma especialização em Ciência de Dados para a Indústria Aeronáutica do Centro de Informática em conjunto com a Embraer.

Minha área de pesquisa, principalmente, é sobre viés algorítmico e gênero e tecnologia, sobretudo com inteligência artificial e responsabilidade. Para este painel, me trouxeram essa pergunta: como o debate sobre tecnologia pode afetar pessoas trans, travestis, não binárias, sobretudo em privacidade de dados? Eu resolvi focar um pouco mais na parte de IA, que está vindo principalmente na IA generativa, por exemplo o ChatGPT e essas questões.

Então, primeiro, eu gostaria de dizer que inteligência artificial. Apesar de as pessoas geralmente, na computação, separarem

as áreas entre engenharia de software e inteligência artificial, as duas áreas estão correlatas porque inteligência artificial é engenharia de software, certo?

Quando você vai olhar, por exemplo, para a Bíblia da engenharia de software, que é o livro *Engenharia de Software*, de Ian Sommerville, no qual ele apresenta o software como um conjunto de três partes: as variáveis no ambiente em torno deste código, as configurações e a documentação deste código. Isso é software! É uma forma de se olhar para isso, uma forma bem técnica. Mas eu queria propor uma outra forma de pensar, que surgiu em algumas discussões de diversidade de que eu participei, que é o seguinte: fazer software é fazer uma abstração de um processo ou de um comportamento ideal.

E esse ideal aqui é uma questão. A questão mais problemática de se fazer tecnologia. Porque pensem que quando você vai fazer uma máquina que vai dar troco, você quer que ela calcule o troco certo, correto? Porque esse é o comportamento ideal esperado de um processo de compra, certo? Então, as pessoas que desenvolvem software desenvolvem pensando em um cenário ideal, em como o mundo deveria funcionar.

E quando a gente olha para a inteligência artificial, é uma coisa muito vasta - e aqui, inclusive, eu critico um pouco o termo "inteligência"; eu acho que acaba criando uma aproximação falaciosa do processo de pensamento humano ou até de alguns outros animais que a gente ainda não conhece completamente. Mas, enfim, veio a partir da ideia de que você está tentando fazer com que o computador gere ou faça algumas atividades que, em tese, seres inteligentes fariam.

E eu queria me concentrar aqui na parte de aprendizagem de máquina, que é uma visão de inteligência a partir de uma estatística, de um entendimento estatístico de padrões do mundo a partir de dados, a partir de experiências, a partir de instâncias. Então, quando a gente olha para *machine learning*, que é o que está atravessando todas essas questões agora, vemos vários problemas que eu vou apontar aqui. E, além de ser um software pensado para ser um ideal, ele é baseado em uma realidade, certo? O que mapeia essa realidade são os dados usados para o treinamento, certo?

A questão é que as realidades não são uma coisa tão fixa quanto a gente imagina. E aí me perdoem as pessoas de exatas com aquele

pensamento de que há uma lei natural sobre todas as coisas etc., mas sabemos que a realidade depende muito de quem a vê, de quem com ela interage e de quem a constrói. Então quando você tem, por exemplo, um sistema de reconhecimento facial, que atualmente é um dos mais problemáticos, ou quando você pensa na inteligência artificial sendo criada, as pessoas que estão criando esse sistema geralmente são homens brancos cisgênero do Norte global. Então, eles vão pensar a partir dessa perspectiva. Isso vai trazer um grande problema, por exemplo, para a comunidade negra, para a comunidade latina e, principalmente, para a comunidade trans.

Então, ainda nessa toada, existe uma pesquisadora trans - eu vim aqui da academia e tinha que trazer referências, né? - chamada Amy J. Ko. Ela é da área de Sistemas de Informação, mas fez um *keynote* excepcional que eu recomendaria a todo mundo aqui, chamado "Requisitos da opressão".¹ Quando se constrói tecnologia, quando se constrói software, primeiro você elenca os requisitos que, muito por cima, poderiam ser as funcionalidades desse software.

E a Amy J. Ko traz um pensamento muito interessante dela enquanto uma pessoa trans e olhando para a tecnologia que não é feita para ela: requisitos, numa visão técnica, são a funcionalidade do software. Você pode até dizer que são restrições sociotécnicas daquele software, mas quando você, por exemplo, é uma pessoa trans e está lidando com sistemas que negam a sua existência o tempo todo, **você percebe que requisitos são juízos de valor feitos em cima da sociedade, e que eles acabam reforçando uma estrutura social.** Recomendo a todo mundo ver esse *keynote* dela.

Existem algumas outras questões quando você pensa dessa forma sobre esses requisitos, você cria um design de tecnologia enviesado. **Na inteligência artificial, qualquer modelo de IA é enviesado. Não existe um modelo que não seja enviesado. Inclusive, espera-se que ele seja enviesado da forma correta para resolver um dado problema.** Ele sempre vai ser enviesado pelos dados, porque sempre encontra padrões a partir daqueles dados.

A questão é que, quando você tem um grupo muito pequeno que está construindo esses dados e está rotulando esses dados, você vai ter um modelo que, apesar de ser criado pensando num universalismo que

¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yflwfyfgXvA>>.

funcione em qualquer situação, não vai funcionar, vai excluir boa parte das minorias sociais. E essa crítica ao universalismo da tecnologia, de pensar o universalismo da tecnologia sem inclusão é o que outra pesquisadora trans chamada Sasha Costanza-Shock, lá do MIT [Massachusetts Institute of Technology], traz no livro dela chamado *Design Justice*.

Uma outra crítica: quando você vê, por exemplo, o olhar sobre inteligência artificial ou de tecnologia como se ela fosse um organismo próprio, como se evoluísse independentemente da sociedade. Isso é uma visão muito comum na área técnica; eu, inclusive, já discuti com alguns colegas sobre isso, e o problema de você olhar isso é porque tecnologia é uma das coisas que não podem ser dissociadas de sociedade. E isso bate numa ferida muito grande de muitos cursos de graduação, que é ter um pensamento tecnológico solucionista sem que você pense direito no problema.

Talvez uma das coisas que a gente deveria aprender muito com algumas das ciências sociais é entender primeiro o problema, olhar o problema sob diversas perspectivas, de uma forma crítica, para só então ver o pensamento da solução. Enquanto na computação é dado um problema e imediatamente você entra num pensamento algorítmico, de quebrar ele, de tentar solucionar. Por exemplo, a gente pode resolver o problema de habitação ou de pessoas trans que estão na rua através de um aplicativo? Você sabe que existem pessoas que estão morando em situação de rua que não têm celular? Então como é que você vai pensar numa solução dessas?

Eu acho que um dos principais trabalhos críticos do reconhecimento facial saiu nos Estados Unidos em 2018, e foi financiado pelo governo norte-americano. Eles checaram 200 modelos de um banco de dados para reconhecimento facial, e havia uma quantidade de erros gigantesca quando se olhava para as populações negras, para as populações trans, para mulheres, sobretudo para mulheres negras e mulheres trans negras. O modelo, na verdade, tinha uma boa acurácia - e a gente poderia até problematizar aqui isso de se usar apenas a acurácia como uma métrica - apenas para homens brancos e homens asiáticos do Extremo Oriente, e esse último também apenas por causa dos avanços em modelagem que a China vem fazendo.

Reconhecimento facial é muito problemático quando você usa isso para segurança pública e para a saúde, principalmente em como é usada hoje em dia. O reconhecimento facial na segurança pública pode garantir que aquela pessoa sofra uma prisão, que ela sofra uma abordagem policial, e isso impacta diretamente na vida daquela pessoa, principalmente pessoas trans, principalmente pessoas periféricas. E, por fim, existe um outro tipo de sistema que é atacado por um pesquisador, e outros pesquisadores também da Universidade de Washington. Os Keyes que é o sistema de reconhecimento automático de gênero que é usado, por exemplo, como subsistema de filtros do Instagram. Esses sistemas são extremamente problemáticos porque eles não são treinados para reconhecer gênero de uma forma que não seja imutável, binária e fisiológica. A tríade é assim problemática porque gênero muda, gênero não é biológico, gênero é uma construção social. Obrigada!

Will Pereira - PALESTRANTE (SETOR EMPRESARIAL)

Meu nome é Will, eu estou de cabelos longos - e, pra quem tá curiosa, o nome desse procedimento é entrelace. Sou uma pessoa não binária, portanto tenho um fenótipo que, às vezes, numa descrição pode se passar por uma masculinidade, porque tenho barba no rosto, mas, ao mesmo tempo, tenho outras características que remetem à feminilidade. Estou usando um blazer branco com umas purpurinas do lado pra ressaltar essa feminilidade bonita e uma blusinha florida também. Embaixo, estou com uma saia preta com um colar bem bonito verde.

Meus pronomes são ela/dela e neutros. Para mim - não usem esses pronomes na totalidade de todas as pessoas trans, porque estamos aqui justamente pra isso, para explicar que pessoas trans são múltiplas. Eu não vou me ofender se você errar meu pronome ao começar um diálogo comigo, tá bom? Então depois, nos corredores, não precisa ficar com medo de "Ai meu Deus, e se eu errar?"; não tem problema, eu vou te ajudar a melhorar, tá? Para outras pessoas pode não ser assim. Então entendam, novamente: pessoas trans são múltiplas.

E aí, pra começar, depois de passar dois minutos nesse tempo de pedagoga, quero demarcar que sou pesquisadora do IRIS [Instituto de Referência em Internet e Sociedade], pesquisando sobre tecnologia, criptografia e proteção de dados, sou coordenadora do Coletivo C-

PARTES, que é um coletivo de Rondônia e recentemente lançamos a Cartilha sobre Nortistas da Governança da Internet - e spoiler: vem coisa interessante ao final do nosso painel!

Também sou advogada, e hoje falo enquanto advogada, apesar de que em alguma medida a pesquisa, que é meu centro, vai perpassar. Para começar, eu queria ressaltar um texto de Jurema Werneck que fala: "Nossos passos vêm de longe, e como nossos passos vêm de longe, eu queria demarcar aqui nesse painel que ele nasce em uma reflexão, inclusive, de um painel anterior proposto pelo IRIS e pelo Instituto Sumaúma, que foi "Lentes feministas e antirracistas para regulação de inteligência artificial no Brasil".

E, em razão disso, a gente pensou também: por que não provocar lentes e olhares transcêntricos para a inteligência artificial? Então agradeço às pessoas que estão aqui, Fernanda, Tiane e o próprio Tarcísio. Muito obrigado, porque os avanços que vocês fazem também nos chamam e nos convocam para a luta. Então, seguindo os passos de minha madrinha, eu vou ler um texto inicial que é uma paráfrase de Lélia Gonzalez:

"Foi então que os cis, muito legais, convidaram a gente para um evento deles, dizendo que era para a gente também, negócio de debate sobre a gente. A gente foi muito bem recebido e tratado com toda a consideração. Chamaram até pra sentar na mesa onde eles estavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas, e a gente foi sentar lá na mesa. Só que estava tão cheia de gente que não deu pra sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Eles estavam ocupados explicando um monte de coisas pra gente sobre tecnologia e gênero que nem repararam que, se apertassem um pouco, até que dava pra abrir um espacinho e todo mundo sentar junto na mesa. Mas a festa foi eles que fizeram, a gente não podia bagunçar com esse chega pra cá, chega pra lá, tinha que ser educada. Era o discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso. Foi aí que uma não binária que estava sentada com a gente deu uma de atrevida. Tinham chamado ela pra responder uma pergunta. Ela levantou, foi lá na mesa pra falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que estavam acontecendo na festa. Estava armado o

bafão! A transgeneridade parecia que estava esperando por isso pra bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, bater leque, cabelo, até jogar a cadeira que nem dava pra ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os cis ficaram vermelhos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente pra festa de uma tal de internet que falava da gente e a gente se comportava chamando eles de tudo o que tinha pra chamar. Onde já se viu que eles sabiam demais sobre a gente do que a gente mesmo? Se estavam ali na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisas da gente para a gente. Teve uma hora que não deu pra aguentar aquela zoada toda da transgeneridade bagunceira, ignorante, mal-educada. Era demais. Foi aí que um homem cis enfezado partiu pra cima de uma travesti que tinha pegado o microfone pra falar contra eles. E a festa acabou em briga. Agora, aqui pra nós, quem teve culpa? Aquela não binária atrevida que ousou montar uma mesa totalmente transcentrada? Ora, se não tivesse dado com a língua nos dentes... Agora está toda queimada entre os cis, que malham ela até hoje também. Também, quem mandou não saber se comportar? Não é à toa que eles vivem dizendo que esse povo trans é tudo igual, só vem para tumultuar."

A primeira pergunta que eu tenho pra lançar para vocês é: com quantas pessoas trans vocês trabalham? Isso diz muito sobre como a tecnologia é moldada. De acordo com uma pesquisa do QuemCodaBR, **apenas 2% das pessoas que estão trabalhando com temáticas de tecnologias são pessoas trans, travestis e não binárias**. E isso impacta diretamente no que Lunara trouxe pra gente. Sobre o fato de que quem modula e quem constrói a inteligência artificial. Quem modula e quem manuseia proteção de dados? Quantas advogadas e advogados trans vocês conhecem que ocupam os espaços de *advocacy* de incidência ou de *compliance* de instituições renomadas e diretamente com proteção de dados, que é a minha principal área de atuação?

Eu queria convocar uma reflexão sobre o artigo 5º da LGPD [Lei Geral de Proteção de Dados]. Algumas pessoas tendem a olhar pra esse segundo desse artigo, no inciso segundo, que fala sobre dados sensíveis em uma lógica restritiva - e, por ela ser uma lógica restritiva, não caberia falar sobre gênero e muito menos identidade de gênero na concepção do manuseio como um dado sensível. Mas eu quero chamar a atenção para: **se dados sensíveis nessa categoria são todos dados que**

podem ser utilizados para projeção de discriminação, por que a identidade de gênero não seria um dado sensível?

Eu respondo a vocês: porque a gente tem um Congresso Nacional nitidamente transfóbico, que não tem prazer algum em formular políticas públicas para as pessoas trans, porque a gente **tem uma concepção de um Comitê Gestor da Internet do Brasil** que está muito legal, obrigado por terem aprovado, obrigado por terem pagado a gente para estar aqui, mas **que ainda é totalmente cisgênero**. E, enquanto a cisgeneridade não entender que dá para afastar a cadeira da mesa para a gente sentar, a gente vai continuar olhando para as normativas e vendo violações dos nossos corpos, inclusive sobre alegações falaciosas como essa interpretação restritiva, **já que identidade de gênero produz sofrimento e produz discriminação quando manuseada de forma violenta, como é feito na utilização de inteligência artificial para acesso à saúde, acesso ao transporte público, acesso a direitos e garantias sociais que são constitucionais e que são dadas para qualquer outro sujeito que performe a normatividade**.

Quero só ressaltar um texto, que está na segunda coletânea da TIC Governança da Internet, que fala sobre essas implicações de uma construção binária na realização de tomadas de decisões automatizadas. A transformação começa no agora, e esse agora exige que a gente construa os espaços que a gente quer. E, para isso, a gente tem algumas medidas que são bem simples de serem adotadas. E vamos começar por elas. **Primeira medida: o FIB precisa urgentemente atualizar o seu cadastro**. Se vocês tiverem acesso ao cadastro dessa mesa, todas as pessoas estão colocadas como "Outros".

Eu não sou o Outro da sua cisgeneridade, não somos o Outro. Se você cria um campo e coloca somente feminino e masculino, onde é que está a não feminilidade, a não masculinidade deste lugar? E não é o "Outros" que tem uma caixinha ali na opção para você colocar do lado. Então isso é formulação de dados. E a quem interessa o silenciamento desses dados?

Ontem à noite, nesta mesma mesa, a gente estava falando sobre a ausência de dados. A gente precisa ter, de forma mais transparente, dados sobre os painéis do FIB, porque empiricamente eu sei que este é o primeiro painel transcrito em uma história de 14 anos, 14 edições, e a edição que tem mais pessoas trans pelos corredores. Sabem por quê?

Porque grande parte delas estão em um painel só, e a gente está num painel só para falar sobre o que a gente é.

Só que a gente pode falar sobre tudo, mas a gente tem que falar sobre transgeneridade. Amor, eu falo sobre muita coisa, muita coisa, até demais às vezes, eu acho. Então isso é uma mudança imediata que a gente precisa fazer. **A gente precisa reformular políticas sobre participação no Comitê Gestor da Internet do Brasil.** A gente precisa urgentemente de uma política de responsabilização proporcional nos painéis do FIB, porque a gente tem pessoas trans por aí mobilizando, articulando e fazendo. Foi difícil achar essa galera, deu um trabalho! Mas foi uma articulação necessária: quando a gente faz uma busca ativa, como se faz na cisgeneridade, pra poder montar painel, a gente encontra todo mundo que é necessário.

E, pra encerrar, eu sonhei essa noite que estava falando aqui uma travesti de balaclava, navalha na boca, aqui do meu lado. Para encerrar, eu queria encerrar com um texto de Preciado, de 2019, para pessoas trans: "Desejo que lhes falte força para repetir a norma, que não tenham energia para continuar fabricando identidade, que percam a determinação de continuar acreditando que seus papéis dizem a verdade sobre vocês. E, quando tiverem perdido toda a coragem, loucos de covardia, desejo que inventem novos e frágeis usos para seus corpos vulneráveis, e por amá-los e por amá-las e por amar-lhes que lhes desejo frágeis e não corajosas, corajosos, corajoses, porque a revolução atua através da fragilidade". Muito obrigada!

Bruni E. Fernandes - MODERAÇÃO (COMUNIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA)

Bom, gente, tivemos essas duas falas extremamente assertivas e maravilhosas que começaram aqui a manifestar o quanto que a nossa presença aqui é parte de um esforço coletivo, de imaginação radical transposta em mudança social. De alguma forma, espero que este seja o primeiro painel transcêntrico de muitos. Bom, vamos passar agora à primeira rodada de perguntas. Inicialmente, as pessoas podem se colocar junto aos microfones, e a princípio serão duas perguntas do público presente aqui e uma do remoto, se houver.

Pajubá: é hora de falar - PRIMEIRA PERGUNTA

André Fernandes, sou diretor do Instituto de Pesquisa Direito e Tecnologia do Recife. Eu queria fazer uma pergunta mais voltada para o debate de inteligência artificial, e aí vai ser muito direcionada para a Lunara. Mas enfim, fiquem à vontade todos para colocar suas considerações. A gente vê no debate sobre inteligência artificial que muito se diz para tratar um problema, um viés, e aí o viés do problema da população trans seria colocado nessa caixinha também. A gente precisa de dados representativos, só que parece que, com os estudos mais aprofundados da inteligência artificial, de um lado, não tem como a gente corrigir esses dados, incluindo dados representativos. Por mais que a gente incluísse um trilhão de fotos de pessoas trans, ainda assim os modelos, pela parte do código e por outras estruturas que estão no desenvolvimento, manifestariam vieses. Eu queria saber de vocês exatamente isso. Eu sou uma pessoa do Nordeste. Eu já ouvi numa audiência pública, no Senado Federal, que para resolver o problema de sotaque é só a gente gravar sotaque do Nordeste e colocar no modelo e tá tudo resolvido. Como é que vocês encaram as limitações desse tipo de abordagem na inteligência artificial para a resolução de vieses?

Pajubá: é hora de falar - SEGUNDA PERGUNTA

Oi, bom dia a todos, todas e todes. Melissa Chaves, pelas Mães pela Resistência. Eu poderia falar aqui sobre tudo que nós temos aqui, sobre tudo o que nós temos estudado, produzido, na tentativa de colaborar com uma internet mais plural, mais humana. Mas eu vou pedir licença a vocês para dizer que também estou muito feliz em poder ver finalmente uma mesa completamente composta por nossos filhos, filhas e filhas, com todas as suas identidades. Desculpa, gente, eu precisava fazer isso. Eu amo vocês e não vou ocupar um minuto sequer do tempo que vocês para dar potência às suas vozes. Gratidão por isso.

Bruni E. Fernandes - MODERAÇÃO (COMUNIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA)

Pessoal, como não teve nenhum comentário vindo da web, a gente pode passar à terceira questão agora da primeira rodada.

Pajubá: é hora de falar - TERCEIRA PERGUNTA

Bom dia! O meu nome é Marcos. Meus pronomes são ele/dele. Eu sou um homem trans, estudo Geografia e faço parte do grupo de pesquisa

Observatório das Metrôpoles. E ainda nesse ponto que foi ressaltado agora no final sobre a falta de dados, eu gostaria de ressaltar isso, que as pessoas trans são as únicas pessoas que se preocupam em coletar dados sobre saúde de pessoas trans. E a gente tem alguns da Associação Nacional de Pessoas Trans, eu não lembro o nome certinho, mas são dados muito difíceis de coletar a nível nacional, a nível local. São dados muito sensíveis, e eu gostaria de ressaltar que, para a gente ter dados representativos em relação a esse tipo de coisa, a gente precisa ter ajuda do restante da sociedade, **porque como geógrafo também eu preciso colocar que o Estado é quem mais consegue mobilizar a sua rede para coletar dados.** Dessa forma, o **Estado é quem tem o IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] e quem pode realmente mobilizar e coletar esse tipo de dado.**

Assim, a gente não consegue coletar esses dados, a gente tem falhas nos dados, a gente tem dados que são questionáveis, com qualidade questionável. Eu tenho minhas críticas. O relatório da ANTRA [Associação Nacional de Travestis e Transexuais]... Inclusive, eu gostaria de pedir para as pessoas cis que estão aqui - que são poucas, eu imagino, e a gente vê isso pela falta de pessoas aqui em relação às outras mesas. Eu gostaria de pedir isso a vocês: quem trabalha nessa área, quem tem essa capacidade de incluir as pessoas trans e que tem capacidade de incluir pessoas trans na produção de dados também, que convidem a gente para esses espaços, porque é realmente muito difícil para essas pessoas. Eu gostaria de agradecer à mesa, que foi muito bonita. Realmente, eu também fiquei um pouco emocionado de ver pessoas trans aqui. E é isso, obrigado.

Pajubá: é hora de falar - QUARTA PERGUNTA

Bom dia a todos e todas. Meu nome é Milena Câmara, eu faço parte da delegação do Youth Brasil, sou uma mulher branca e estou usando macacão preto. Estou em pé e falo daqui, atualmente estou ruiva, até eu decidir pintar meu cabelo de novo. Enfim, queria agradecer pela mesa, sei como é o corre para fazer isso acontecer e a dificuldade que é também. Mas é um momento muito especial, e queria trazer aqui que a academia está muito atrás, porque continua tratando como objeto e não traz quem mais precisava estar aqui ouvindo as falas dessa mesa. Não está aqui porque não se interessa por esses temas. E se interessa só

em falar sobre inteligência artificial e outras coisas que a gente já vê o tempo todo sendo dito, e vai se interessar só por outros painéis e não por esse painel aqui.

De todo modo, queria trazer a questão da dificuldade de fazer pesquisa sobre esses temas quando há uma subnotificação muito grave por não haver o interesse em ter dados. Porque, quando a gente tem dados sobre as situações, a gente consegue delimitar o problema para que consiga pensar em soluções efetivas. E a gente só tem organizações que o fazem de forma independente, como a própria ANTRA, que apesar de ter problemas tem um relatório que sai ali anualmente e que tem muitos dados importantes para a gente partir dessa pesquisa, enfim, continuar e continuar. Eu queria que vocês compartilhassem também um pouco sobre como é estar nesse ambiente digital. É ali que vocês conseguem ir, que todos nós conseguimos nos agenciar, mas é um ambiente hostil, é um ambiente que tem derrubado lives de pessoas trans constantemente, não só aqui no Brasil, mas internacionalmente, além de um algoritmo que tem boicotado muito esse tipo de conteúdo. E, enfim, queria ouvir mais e agradecer também pelas falas de todos vocês.

Bruni E. Fernandes - MODERAÇÃO (COMUNIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA)

Então agora a gente vai passar para mais uma pergunta que chegou da web.

Rudá Lemos - RELATORIA (SETOR EMPRESARIAL)

A pergunta é para a Lunara, que citou sobre o impacto do reconhecimento facial para pessoas trans: eu gostaria de saber quais dados temos sobre o agravante disso em relação à segurança pública. Há algum caso a citar? A pergunta é de Ariel Moreira da Silva.

Lunara Santana - PALESTRANTE (COMUNIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA)

Para comentar a pergunta de André sobre a questão do problema dos vieses, se o problema do reconhecimento facial se resolve apenas com mais dados: esta não só é uma forma muito rasa de se pensar na solução certa, como, na verdade, não é nenhuma forma de se pensar em solução alguma. Cai no problema do tecnoevolucionismo novamente. Primeiro, eu vou pincelar aqui muito por cima, porque tem muito mais gabarito para falar sobre isso. A privacidade de dados foi embora.

Numa situação dessas, de só colocar mais dados, a privacidade já foi embora. O segundo ponto é que existem problemas que estão nos dados pela forma como o problema é pensado, quando você vai ter que pensar numa representação de informação. Quando você olha, por exemplo, para os reconhecedores automáticos de gênero, como são mais de setenta modelos analisados por Os Keyes, todos não consideram uma visão de gênero que não seja binária.

Quando você parte inicialmente de uma representação do mundo e desta para fazer tecnologia, a tecnologia não vai resolver nada. A tecnologia só vai continuar reforçando aquela visão. **Então é preciso ter uma mudança.** Eu não diria nenhuma mudança assim paradigmática - vou falar disso um pouquinho depois -, mas uma mudança **na forma de pensar a tecnologia.** A gente tem que lembrar que tecnologia é uma área meio... E o que eu vejo, às vezes, de muitas pessoas da área técnica é olhar para um problema se distanciando de pessoas que trabalham com esse problema, que estão ali na linha de frente, na sociedade civil ou na academia há muito mais tempo em outras áreas ricas do conhecimento como sociologia, psicologia, história, antropologia etc.

Em relação à pergunta do Marcos sobre a dificuldade da coleta de dados, foi todo um rolê para a gente conseguir montar esta mesa, não foi? Eu acompanhei a Wil indo atrás, e a gente conseguiu. Então, a gente consegue, sabe? Principalmente quando é a gente pela gente, a gente consegue. Quando é a gente pela gente, a gente busca sempre ter essa coleta de dados, sempre ter uma visão sobre como está a nossa comunidade. Eu quero trazer aqui o exemplo do PajuZap, que é uma solução pensada lá em Pernambuco pelo pessoal lá do Pajubá Tech - que está aqui, inclusive - olhando para a violência de gênero em Pernambuco; um abraço pra ti, meu bem.

Bem, olhando para a violência de gênero em Pernambuco, é muito fundamental que haja uma aliança com essas pessoas cis de nos ajudarem e nos darem espaço também, porque senão a gente cai naquele texto ali parafraseado de Lélia. A gente precisa que essas pessoas nos deem espaço também, e voz. Eu vou trazer aqui alguns dados sobre algumas das pesquisas. Por exemplo, tem um professor aqui da Universidade Federal Rural de Pernambuco que está apresentando agora, Jorge Valença, que fez uma pesquisa agora há pouco sobre reconhecedores

automáticos de gênero e o viés de gênero que isso traz para as pessoas trans, orientando o trabalho de uma aluna *queer*.

É disso que a gente precisa. A gente precisa ter uma visão diferente da categorização acadêmica que a gente pensa, sabe? Eu não vou me demorar muito mais sobre pesquisas - sim, existem pesquisas e eu posso até compartilhar depois. A própria pesquisa de Os Keyes fala sobre isso. A própria pesquisa de Jorge Valença também apresenta alguns pontos sobre essa questão do reconhecimento de gênero e do reconhecimento racial.

Will Pereira - PALESTRANTE (SETOR EMPRESARIAL)

Pegando o restante das reflexões que ele tem, eu vou começar puxando a linha de Ananse a partir dessa última reflexão que ela trouxe sobre o aliado, aliado não é uma categoria perene. Vocês, pessoas cis que estão aqui são hoje meus aliados, mas saindo daquela porta ali pra frente, ser meu aliado ou não vai depender da atenção que vocês vão ter para a violência que eu vou sofrer neste espaço. Então nunca se achem de fato aliados. Eu não olho para vocês como aliados. Eu olho para vocês como potenciais aliados, a depender da atenção que vocês estão dando para as violências que eu vou sofrer em qualquer espaço. Então, até na produção do dado, quando se silencia, quando não se coloca, quando não se cria, quando sistematicamente se violenta, é o silêncio e a negligência presentes, não são meus aliados.

Seguindo nessa perspectiva, inclusive vou com o Marcos sobre a falta de dados, e vou citar Foucault: ausência de dados, para mim, é dado, e dado sobre ausência de interesse, né? Então, se o Governo Federal até hoje não fez de forma nítida um dado sobre assassinatos de pessoas trans no Brasil e ainda deixa a ANTRA fazendo mesmo sem o apoio do Governo Federal é porque o Governo Federal ainda está desligado ou desconectado dessa necessidade de pauta. Para além disso, é preciso pensar assim, nessa perspectiva da subnotificação e de estar num ambiente digital que tem algoritmos violentos.

Aí é preciso lembrar que algoritmos também, muitos deles, são configurados a partir de inteligências sociais, né? E essas inteligências, que são constituídas a partir de bancos de dados que, muitas das vezes, são constituídos somente com a generalidade cisgênera, somente com rostos, corpos cisgênero, e por isso a

dificuldade de compreender para além disso. E aí é lembrar a gente de que a tecnologia reproduz, ela não constrói as desigualdades, ela reproduz as desigualdades e reforça elas. Desigualdades de vocês mesmo, de não conseguir olhar para uma pessoa que está de saia, que está com cabelo bonito e tentar pelo menos perguntar meus pronomes antes de errar. E a inteligência artificial? Ela está reproduzindo isso.

E aí, para a pergunta virtual que veio de Ariel, da segurança pública: a gente tem dados sobre a utilização, principalmente, de câmeras de reconhecimento facial, que erraram, né? "Tacharam" pessoas com determinados corpos. A partir disso, inclusive, a abordagem policial foi feita acreditando que era o corpo cisgênero masculino. Daí foi feito por um homem, né? E a violência se reproduz novamente.

E, pra fechar mesmo, eu acho que é muito, muito importante a gente sempre pensar que, quando a gente fala sobre proteção de dados, a gente precisa pensar de onde está surgindo esses dados. Porque também, como bem disse Lunara: eu não tou aqui pra falar "Vamos solucionar esse problema, coletar um monte de dados de pessoas trans e sair usando", porque isso a cisgeneridade já faz há muito tempo, construindo seus artigos e publicando sobre a gente.

Eu estou aqui pra poder problematizar e falar: "Olha, a gente tem que olhar pra esse dado enquanto um dado sensível, o cuidado que precisa ser feito no manuseio desse dado é tal". De novo, gente, dado sensível não significa que não possa ser manipulado. A LGPD permite a manipulação, desde que com rigor científico, até digital, instrumental maior para proteção daquele dado justamente por ele reproduzir maior violência. Então, a possibilidade de caminho que eu visualizo é, primeiro: **colocar a identidade de gênero nitidamente como uma categoria de dados sensível**. Segundo passo, **instrumentalizar e compreender como a gente vai manusear esses dados de forma legítima, sem ficar roubando lá do Google Fotos das pessoas sem autorização delas ou com autorização em letras minúsculas, para assim profissionalizar as máquinas digitais na não reprodução de certas violências que são feitas na sociedade**. Muito obrigada!

Bruni E. Fernandes - MODERAÇÃO (COMUNIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA)

Bom, concluímos a primeira rodada de falas e de perguntas. Agora, a gente vai passar à segunda rodada, em que teremos Ariel e Amanda.

Ariel Pimentel - PALESTRANTE (TERCEIRO SETOR)

Oi, bom dia a todos, todas e todes. Este é o meu primeiro FIB, então, eu estou extremamente nervoso. Eu sou de Aracaju [SE], sou da área de Segurança da Informação, faço parte do Núcleo de Tecnologia da Rede Transfeminista de Cuidados Digitais e sou administrador de sistemas lá também. Sou um homem branco, de cabelo curto, escuro. Estou de casaco preto, uma camisa caramelo por baixo e uma calça jeans.

Sobre a pergunta de como enfrentar esses vieses, eu queria que vocês pensassem assim: imaginem um mundo onde algoritmos discriminam pessoas trans em processos de seleção de emprego, sistemas de reconhecimento facial falham em identificá-las nas plataformas on-line e propagam discursos de ódio e transfobia. Não precisamos de muito esforço para imaginar; essa é uma fatídica realidade. Então, eu queria trazer aqui um dos desafios pelos quais passamos: o reconhecimento facial em pessoas trans.

Um ponto que merece destaque nesse debate é o impacto dos sistemas de reconhecimento facial na vida das pessoas trans. Durante uma transição de gênero, as características faciais podem mudar significativamente quando a pessoa opta por fazer terapia hormonal, e isso gera falhas frequentes nos sistemas de reconhecimento, que muitas vezes não conseguem identificar a pessoa por conta de suas mudanças. Então imaginem a frustração de uma pessoa que, ao tentar acessar uma conta bancária ou entrar em um prédio usando reconhecimento facial, ou tentar embarcar em um voo internacional, é constantemente negada no acesso por causa de um sistema que não reconhece sua identidade. Essa situação é constrangedora, violenta e até mesmo perigosa, impedindo seu acesso a serviços essenciais e colocando a pessoa em risco.

Esta é uma questão complexa e multifacetada, e eu acredito que a resposta resida pelo menos em quatro pilares. Primeiro, a inserção de pessoas trans na área de tecnologia: **mais do que apenas incluir pessoas trans em equipes e treinamentos, é fundamental garantir que elas tenham uma significação.** Segundo, **acesso à educação e oportunidades de carreira na área de tecnologia.** Terceiro, elas têm

muito potencial. Imaginem programas de iniciação científica e profissional voltados para estudantes trans. Quarto, parcerias entre empresas e universidades para oferecer estágios e oportunidades de emprego para elas e a criação de grupos de apoio e redes de *network* para pessoas trans na área de tecnologia. E eu pauso aqui para falar que a minha história foi assim: foi através de ONGs [Organizações Não Governamentais] que ofertavam cursos e mentorias para pessoas trans, a partir disso eu migrei para a área de TI [Tecnologia da Informação] e hoje atuo como administrador de sistemas.

Um outro pilar seria também a educação: **a gente precisa sensibilizar essas pessoas que trabalham com tecnologia sobre as vivências e os desafios da comunidade trans através de treinamentos imersivos e obrigatórios sobre diversidade e inclusão.** A gente pode garantir que esses códigos sejam elaborados com a maior precisão e respeito, combatendo vieses e estereótipos. Imaginem pessoas desenvolvedoras aprendendo sobre a importância da linguagem neutra, da representatividade de gênero e da construção de interfaces amigáveis com pessoas trans, desde o design até o desenvolvimento.

Outro pilar seria **a diversidade e a diversificação das equipes.** É um elemento-chave. Ao contratar e promover talentos diversos, incluindo pessoas trans, enriquecemos a expectativa da equipe e asseguramos que produtos e serviços tecnológicos sejam desenvolvidos com uma visão mais ampla e inclusiva. Imagine uma equipe de desenvolvimento composta por pessoas de diferentes vivências, identidades de gênero e experiências com tecnologia trabalhando juntas para criar um aplicativo de saúde que atenda às necessidades específicas da comunidade trans - desde a coleta de dados até a criação de funcionalidades personalizadas, porque eu imagino que qualquer pessoa trans aqui já teve dificuldade em marcar um médico que seja direcionado para outro gênero e não conseguiu marcar porque o sistema não permite isso.

E, por último, **a revisão de algoritmos e a revisão contínua e crítica de algoritmos e sistemas é extremamente importante para identificar e corrigir vieses que são embutidos.** Frequentemente, esses sistemas são treinados com dados históricos que refletem preconceitos sociais. Sem revisão, os algoritmos perpetuam e escancaram discriminações. Imaginem um algoritmo de recrutamento que, por causa

de dados enviesados, discrimina candidatos trans em vez de reconhecer suas qualificações e experiências. Através de auditorias regulares, é possível, talvez, garantir que os dados utilizados sejam mais precisos, diversos e livres desses vieses, e que os algoritmos sejam projetados para não discriminar com base na identidade de gênero ou em qualquer outra característica individual.

Então, só pra concluir minha fala: para incluir pessoas trans na tecnologia, é preciso atuar em várias frentes, como educação, conscientização, diversidade, revisão desses algoritmos - e por último, mas não menos importante: a inserção delas, desses corpos, no espaço. Os passos essenciais para isso são: **incentivar a aprendizagem contínua, promover a troca de conhecimentos, criar ambientes de trabalho acolhedores, garantir diversidade nas equipes e revisar algoritmos para evitar a disseminação de opressões**. Não podemos achar que será tudo fácil e sem obstáculos. Mas é crucial sustentar e apoiar aqueles que estão na linha de frente da resistência. E mais uma vez, assim, eu sempre falo isso pras pessoas que me cercam, que tentam me inserir como token ou não desses debates, é: nada sobre nós sem nós.

Bruni E. Fernandes - MODERAÇÃO (COMUNIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA)

Depois da fala do Ariel, eu passo a palavra para a Amanda, que representa aqui no painel o Setor Governamental. Amanda, é com você!

Amanda Anderson de Souza - PALESTRANTE (SETOR GOVERNAMENTAL)

Bom dia a todas as pessoas presentes. Sou uma mulher loira, branca, cisgênera e heterossexual. Riram por quê? Eu sou uma mulher loira, branca, com óculos grandes, laranja, uma blusa verde e o crachá onde se pode ler: "Fórum da Internet no Brasil - FIB 14". E para aqueles que têm baixa visão, eu me encontro nesta posição [Amanda acena erguendo uma mão]. Bom, vamos começar.

É muito legal quando a gente vem para uma mesa só com pessoas trans e a gente fica levando uma surra das pessoas falando "Governo Federal, Governo Federal, Governo Federal, Governo Federal, Governo Federal"... É uma delícia, uma delícia [risos]. Eu tenho que dizer isso para vocês, mas a gente tem que lembrar que as esferas federais de governança do Brasil dependem do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. O Executivo não pode demandar; quem demanda é o Legislativo

e, quando citado, o Judiciário. É muito importante fazer esse levantamento e fazer essa constatação, porque quando a gente fala "Governo Federal, Governo Federal", a gente precisa lembrar que o Governo Federal tem essas três esferas e que o Executivo não pode demandar sozinho.

O que a gente pode fazer no Executivo a gente tem feito enquanto pessoas trans, ainda mais enquanto única mulher trans com cargo de chefia dentro da Esplanada dos Ministérios. Essa sou eu. Mas isso tem um significado muito grande. E a primeira, a gente também precisa lembrar disso. Então, se no mundo real nós temos esse enfrentamento, imagine no mundo virtual, que, para nós, para nossa seara dentro do Governo Federal, é um local praticamente intocável, porque tem que passar pelo Congresso Nacional. E aí a gente precisa se lembrar de tudo o que já veio antes disso. Eu falo que eu sou um Digimon evoluído, porque enquanto vocês ainda eram óvulos - ainda não eram nem fetos, né? - eu já estava construindo o caminho para que vocês pudessem hoje passar.

Eu sou uma travesti de quase 50 anos. Eu fui a primeira jurista a me formar no Mato Grosso do Sul, a primeira jurista, a primeira travesti a se formar no Mato Grosso do Sul no século passado. Eu fui a única, até hoje, vice-presidente travesti da União Nacional dos Estudantes, uma agremiação que remonta a quase um século. E a gente precisa fazer todo esse *en passant* para saber como que a gente chegou aqui. Mas, para além disso, as estratégias de enfrentamento que nós estamos tendo dentro do Governo Federal, e aí eu digo do Executivo Federal, nós estamos agora lançando portarias.

Nós já lançamos dentro do Ministério da Previdência Social - claro, com uma travesti dentro da Assessoria de Participação Social, a diversidade não seria diferente - lançamos uma portaria 1945/2023, que faz o levantamento de dados e a constatação de identidade de gênero e orientação sexual. Foi a primeira portaria dentro da esfera da Esplanada, dentro da esfera do Governo Federal Executivo, para que a gente fizesse esse levantamento.

E qual foi a justificativa para que isso fosse feito? Justamente porque nós precisamos da constatação de dados. A nossa legislação previdenciária é objetiva: é masculina e é feminina. A gente não sabe nem quantos são homens negros, mulheres negras, para se ter uma ideia.

Então foi um enfrentamento gigantesco. E assim, é uma coisa que está levando agora todos os ministérios - inclusive pegamos - porque minha assessoria é uma assessoria que perpassa todos os 37 ministérios, e nós temos ali um trabalho em conjunto com a Secretaria-Geral da Presidência da República. Então a gente sempre tem alguma demanda específica.

A gente passa isso para os outros ministérios. E, agora, nós estamos cobrando essa mesma postura do Ministério da Saúde, do Ministério da Assistência Social, que são as portas de entrada. E nós precisamos ter esses dados estatísticos, porque para fomentar políticas públicas dentro do âmbito do Governo Federal a gente precisa ter o levantamento. Esses levantamentos nunca foram feitos, e a gente precisa lembrar de que o que ainda nos rege é a portaria de Enfrentamento à Violência à população LGBTI. E eu prefiro falar LGBTI+, eu vou deixar bem claro isso para vocês, porque nós temos aí uma Conferência Nacional que foi de 2012, da qual eu participei. Então, eu respeito a decisão da sociedade civil de 2012.

Então, em 2012, nós não tínhamos um acesso tão amplo à internet como temos hoje, e a gente precisa lembrar disso. Precisa ser feita uma remasterização desse feito, uma releitura dessa política de enfrentamento para que a gente coloque a internet também. Porque a gente sabe que com a internet veio a LGPD, o pessoal falando que ia ser mais um campo sem lei, e continuou sendo um campo sem lei para os nossos corpos. Os nossos corpos continuam sendo vilipendiados dentro desse campo sem lei.

Quando a gente fala sobre levantamento de dados, citaram bastante a ANTRA, mas eu também uso muito a Rede Trans Brasil, porque ela faz esse levantamento de dados e coloca os links para acesso. Então é a que eu tenho mais confiabilidade. Só que a gente precisa lembrar que a subnotificação é clara, é nítida, porque muitos casos não são notificados em rede nem na Rede Mundial de Computadores, e não podem ser quantificados dentro desse levantamento que é feito por essa entidade.

A gente precisa também lembrar de que a primeira demanda que foi feita agora é sobre as questões de violência no campo da internet. Foi a Lei 14.643/2023, que é para as escolas e não considerou que pessoas trans também podem ser crianças e adolescentes. Eu sou uma criança,

eu fui uma criança. Quando eu falo que eu sou cisgênera, eu não minto, eu sou cisgênera. Eu sou cisgênera porque eu sou uma intersexual com um órgão masculino. E nisso tudo na minha época, na década de 1980, e como não existia essa diferenciação, só hermafrodita que nascia com os dois sexos, com a tal ambiguidade sexual a gente era travesti. Eu me entendo até hoje enquanto travesti, porque eu ainda estou lutando pelo meu lugar, pelo meu local nessa sociedade.

Então, quando a gente fala de enfrentamento, os enfrentamentos que temos dentro do campo da internet precisam ser regulados pela Câmara, pela Casa Legislativa. É a Casa Legislativa mais conservadora de todos os tempos, e tudo que se fala em identidade de gênero dentro dela é ideologia que a gente quer implementar na cabeça das criancinhas. É exatamente isso, e foi assim que eles conquistaram espaço. Então, quando a gente vê uma mesa bonita dessa aqui só com pessoas trans, que é uma coisa para nós, par falar de nós para nós mesmos, falar de nós para vocês, é falar de nós, sobre nós e para nós.

E isso a gente usa muito dentro do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, porque as crianças precisam estar dentro do Conselho, e elas estão dentro do conselho. Foram inseridas pelos CPAspais justamente porque nós queremos ouvir delas o que elas precisam. E dentro dessa esfera foi tirado um ponto muito importante antes de eu entrar para o conselho, que era a quantificação de pessoas travestis e transexuais na infância e na adolescência. Aí entrou a travesti, e a travesti olhou e falou: "Vai colocar de volta". Eu fui uma criança travesti, fui uma adolescente travesti, mas é preciso que nós falemos por nós mesmos. Isso é necessário.

Daí a gente vê uma invisibilidade muito maior quando vai no Plano Nacional de Saúde Integral e lá na pauta, no recorte LGBT, LGBTI+, eles não incluíram as pessoas trans. Porque ou você entra enquanto mulher, ou você entra enquanto homem. Você nunca vai entrar enquanto pessoa trans, isso não está no seu dado. Então, a gente não está nem na Política Nacional de Saúde.

E o que a gente tá fazendo na esfera física? Por isso que a gente está no Fórum da Internet. A gente está falando sobre internet, internet, internet, internet. A gente sabe as violências que a gente sofre na internet. A questão da IA a gente já tá vendo o problema que foi a retirada da IA para reconhecimento facial para o cometimento de

crimes, justamente porque só pessoas negras eram reconhecidas e "confundidas". Nós tivemos um caso de um homem que ficou 12 anos preso por causa de um reconhecimento facial.

Então, para nós, enquanto reconhecimento facial, ainda há uma outra esfera. Mas, para além disso (eu acho que eu vou passar mais de um minuto), eu tenho que explicar sobre a questão previdenciária. Na Previdência, a gente tem um outro problema, porque a nossa legislação é binária, a nossa legislação não reconhece a não binarismo. E é muito engraçado isso, porque a gente fez toda essa constatação de colocar dentro dos nossos formulários a questão de identidade de gênero, orientação sexual, raça, cor, etnia etc. dentro da esfera dos ministérios.

Nós estamos criando um Comitê de Gênero, Raça e Diversidade, e é justamente para isso. Porque a gente precisa também trabalhar no local, porque senão a gente não vai conseguir chegar lá no canal interativo. E o canal interativo? Ele tem sido cruel, cruel com a gente. Por que o "Outros"? Eu não sou uma Outra. Eu tenho uma identidade. Pode não ser a mesma que a sua, mas eu tenho. Mas, se tratando de um Congresso que tira até gênero alimentício de dentro de um projeto de lei, por que que só fez o CTRL+F gênero e excluiu?!

A gente pode saber o que a gente espera daqui para frente. Então ou começamos nós a disseminar uma mesa como dentro canais - gente, a minha porta está aberta, minha sala tá aberta, meu gabinete está aberto para quem quiser levar essa demanda. Eu despacho para o MGI, eu despacho para onde for, porque esse é o nosso trabalho enquanto Executivo Federal. Já vou fazer aqui a minha vírgula, porque todo mundo fala no Governo Federal. Eu fui esfaqueada aqui, a outra falou da navalha, mas eu sou da época que a gente usava navalha na língua. Eu usava a navalha na língua, e pajubá, minha filha, a gente só falava em pajubá na minha década, a gente não precisava se comunicar só em pajubá. Então, aproveita esse caminho que a gente trilhou para que vocês pudessem estar aqui. Bom, eu vou finalizar - tenho mais um monte de coisa e eu falei que não ia dar tempo - mas me coloco à disposição para as perguntas. Obrigada, pessoal!

Bruni Fernandes - MODERAÇÃO (COMUNIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA)

Então a gente vai passar para a segunda e última rodada de perguntas. Temos perguntas da web, e vamos começar com duas perguntas do presencial.

Pajubá: é hora de falar - QUINTA PERGUNTA

Oi, gente, bom dia! Eu sou Luana, tenho cabelos cacheados longos, sou uma travesti negra de pele clara, uso óculos e estou com uma blusa rosa. Primeiramente, eu estou aqui como delegação do Youth e acho que é importante trazer esse recorte e dizer que sou a primeira travesti nordestina selecionada para o programa Youth, que é um programa que visa trazer a participação de jovens para a área da Governança da Internet e que também atuei, apesar de ser uma travesti jovem de 23 anos de idade, em três setores: comunidade científica, governamental e terceiro setor.

Atualmente eu sou diretora executiva da Pajubá Tech, e achei legal quando você trouxe a referência, inclusive, e tenho aqui algumas colocações para trazer. Mas antes disso, quero saudar primeiramente a mesa e dizer que o quanto que é importante termos a primeira mesa transcentrada. Vou direcionar minha fala para a Wil, porque a gente sabe que quando está dentro desse espaço da área da Governança da Internet é uma disputa de narrativas, de ocupar esse espaço. A gente sabe o quanto não é fácil ser a única pessoa trans em determinados espaços quando a gente está diretamente ligada a esses espaços de governança.

É muito importante que a gente esteja dentro deles e diga que vai sim ocupar todos os espaços, mas a gente não vai só ocupar todos os espaços como a cisgeneridade quer, mas sim vai estar pontuando as nossas demandas. E aí, eu queria trazer um ponto que o ano passado foram mais de 300 projetos de lei antitrans apresentados, e são 17 as leis contra os nossos direitos atualmente em vigor. E a gente está num período de eleições municipais esse ano. Então, acho que fica, também, um pedido de compromisso, sobretudo das pessoas cisgêneras que estão aqui, em votar em pessoas que estejam alinhadas às nossas pautas, não só voltadas para as questões LGBTQIA+, mas à negritude voltada para as questões LGBTQIA+ também.

Outro ponto que eu queria trazer aqui também, e direcionar para o Setor Governamental: ano que vem a gente vai ter a conferência

LGBTQIA+, e acho que é importante, dentro da própria conferência, ter um espaço que discuta direitos digitais voltado para a população LGBTQIA+. Um outro ponto que eu queria trazer aqui é que tem uma pesquisa que revela que 88% das menções do Twitter são relacionadas a questões de pessoas trans relacionadas à violência, dizendo que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis, com dados e estatísticas. No entanto, quando a gente parte para a prática, por exemplo, a gente sabe que é um país que não coleta esses tipos de dados. Direcionando mais minha pergunta: tenho um projeto específico que está coletando imagens de pessoas trans para o aprendizado de máquina, e eu queria que vocês falassem um pouco sobre a opinião de vocês sobre isso. Obrigada.

Pajubá: é hora de falar - SEXTA PERGUNTA

Olá, meu nome é Fernanda, eu sou coordenadora de pesquisa e pesquisadora no IRIS e gostaria de cumprimentar a mesa primeiro, porque foi excelente, trouxe muita informação e é muito, muito legal mesmo o que está acontecendo aqui hoje e estou muito feliz de viver no mesmo tempo que vocês. Eu pesquiso hoje sobre tecnologia, mas num passado não muito distante eu fui advogada previdenciária - aí sim, coitada. Mas então a minha pergunta é principalmente para a Amanda, porque realmente a legislação é extremamente binária. Eu queria te ouvir falar um pouco mais sobre isso, sobre os impactos disso pras pessoas trans e também sobre como essa coleta de dados é importante pra frente de políticas públicas. Mas como a gente pode proteger esses dados para que eles não sejam utilizados contra essa população também? Obrigada.

Pajubá: é hora de falar - SÉTIMA PERGUNTA

Oi pessoas, bom dia! Meu nome é Fabian Algarte, sou Coordenador Nacional do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) e membro do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBT de Brasília, vinculado ao Ministério de Direitos Humanos.

Eu fico muito feliz que esta seja a primeira, e fico muito triste também que seja a primeira mesa transcetrada que a gente tem num evento que está na sua 14ª edição. E isso fala muito sobre a universalidade de ser cisgênero. E isso também fala muito sobre aliadas, e isso fala muito sobre o gênero do outro, né? Poderíamos ter

na próxima edição, por exemplo, que todo mundo que fosse cis aparecesse com o gênero "Outros" e daí só parecessem as pessoas trans identificadas nas mesas. Acho que seria justo, digno e, no mínimo, equilibrado.

Sobre a questão de aliades, se você é um sujeito aliado, a primeira coisa que você faz quando você chega num evento que está falando sobre transcentralidade, sobre diversidade, é dizer "Eu sou uma pessoa cis", porque nominar significa entender que a universalidade não é você, que você também é mais uma classificação junto com todas as classificações que todo mundo carrega.

Acho importante te dizer que essa fala agora de que nós precisamos de um espaço no Conselho, na Conferência Nacional pra falar sobre essas questões para mim também é importante, para nós do Conselho também é importante. Nós precisamos e incentivamos que vocês levem isso para as conferências territoriais, para as conferências que vão acontecer nas suas regiões, municípios e estados. Tragam isso com suas demandas e, por favor, façam conferências livres, façam conferências livres nacionais. Por favor, tragam essas suas propostas, tragam os seus projetos. Nós precisamos reformar. É muito tempo sem falar sobre a nossa população. Nós temos um espaço, nós estamos em um momento em que nós precisamos avançar.

Eu concordo muito quando você diz que inteligência artificial é um termo muito cruel. É um termo muito primitivo. Tecnologia é uma ferramenta, assim como uma colher. Ou você toma uma sopa ou você corta o coração de alguém com ela, depende de como você usa, e nós, população trans e travesti, precisamos nos apropriar dessa ferramenta. E não é só ocupar os espaços que nos permitem, mas hackear os espaços que existem e transformá-los em espaços de transgeneridade na sua plenitude. É isso, gente! Obrigado.

Pajubá: é hora de falar - SÉTIMA PERGUNTA

Eu acho que parte da minha fala de ontem enquanto palestrante vinha desse espaço de desconfiança. Então, para mim, é muito feliz estar assistindo um painel onde eu não desconfio das falas, mas eu desconfio de vocês que estão aqui assistindo o tempo todo. Eu acho que a minha saudação é nesse lugar de "Eu vim lá do Norte". A quem interessa

silenciar uma travesti nortista por querer poupar meu tempo de fala também?

E aí eu só queria saudar vocês por tudo o que vocês passaram até aqui, e saudar as outras pessoas trans que também estão por aqui e que a gente consegue se enxergar, consegue se identificar, mas nem sempre é a realidade que a gente encontra nesses espaços, né? Eu vim o tempo todo imaginando o que eu iria passar de violência e opressão no Sul. Eu sou do Norte, eu sou uma travesti negra, ruiva, alta, com um body laranja, calças jeans e um casaco marrom geométrico. Que felicidade assistir vocês! E basicamente só era isso que eu tinha para falar, temos que demarcar que estamos aqui, temos que demarcar que a gente vai continuar aqui.

Não conheço muito a galera que está organizando, mas ela vai estar aqui o tempo todo. E é como eu falei: interessa que a gente não esteja aqui, interessa que a gente não participe. A gente sabe que vocês têm muito medo da gente. É pra ter medo mesmo, sabe? Eu sou grandona. Eu treino muito, então quem quiser ir para outros espaços a gente também vai. É isso, bom dia!

Will Pereira - PALESTRANTE (SETOR EMPRESARIAL)

Muito obrigado pelas reflexões. Eu comecei faz três anos, este é o meu terceiro FIB e eu acredito muito no processo de aquilombamento que o movimento negro traz. E, em razão disso, no ano passado eu fui lá, lutei, montamos uma mesa totalmente negra e indígena, e neste ano lutamos por uma mesa totalmente transcentrada.

Aguardem que ano que vem tem novidades por aí. Mas, antes de lançar essa novidade e para poder fazer essa disrupção, a gente está lançando hoje pelo Coletivo C-PARTES um mapeamento de pessoas trans na Governança da Internet. Então se vocês acharam que mapear nortista era o final, amor, não era, querida! Vai estar lá nas nossas redes também: @coletivo_partes. Por favor, pessoas cis que se dizem nossas aliadas, compartilhem esse link. A gente precisa alcançar o máximo possível de pessoas. O mapeamento vai ser para pessoas e instituições, assim como foi feito o mapeamento da cartilha de nortistas.

E a ideia é: o que facilitar com esse processo e essas cartilhas? Ontem ouvi uma pergunta do Tarcísio muito boa: qual é a efetividade disso? Para mim, a efetividade disso é vencer a preguiça cisgênera,

porque eu não quero mais ouvir vocês falando que não estão colocando pessoas trans em painéis porque não sabem quem é a pessoa que é especialista nesse tema. Aí eu vou jogar a cartilha no seu peito e vou falar: "Preguiçosa, vai ler, tá bom?". Então essa é a minha resposta.

A pergunta da Thiane para a gente foi explicar o que é Governança da Internet, que ainda é um conceito um pouco duro e que as pessoas não compreendem. É basicamente o espaço em que a gente vai debater sobre tecnologia e internet de forma multisetorial, com sociedade civil, academia, terceiro setor e setor empresarial. Tudo que perpassa internet e tecnologia vai estar nesse debate. Então, se você fala sobre, se tem uma organização que é LGBT... Por exemplo, em Rondônia, temos o Coletivo Somar, que trabalha pautas LGBT e usa a internet para fazer o que a gente chama de escracho, denúncias públicas de violências que acontecem. Ele faz parte da Governança da Internet porque utiliza a internet enquanto um produto ativista.

Então, se você tem uma organização que promove iniciativas como a Pajubá Tech, que têm a inserção de pessoas trans, ela é uma organização que se articula pela internet também e você está convidado pra esse espaço, tá bom? Na dúvida, manda no direct.

Amanda Anderson de Souza - PALESTRANTE (SETOR GOVERNAMENTAL)

Bom, vamos lá, deixa eu responder à coleguinha sobre a questão da reformulação da política previdenciária. A gente está trabalhando, mas a gente não pode esquecer de que houve uma releitura previdenciária em 2019, e a gente vai precisar primeiro combater essa releitura previdenciária de 2019. Inclusive, muitos que estão aqui, que são pós-graduandos, foram retirados da Contribuição Previdenciária Especial de 5% e hoje não estão mais assegurados. Então a gente precisa também trabalhar para que todos vocês sejam reinseridos dentro da lei. E aí a gente precisa da tecnologia para fazer todo esse bafão. Só pra te avisar, tá?

A gente fala sobre a política previdenciária e como que a gente pode refazer essa legislação. Sim, ela é binária. Ela é impossível de ser refeita com o atual Congresso Nacional, porque tudo vai ter que passar por dentro desse Congresso Nacional conservador. Então a gente vai fazer os recortes da forma como nós podemos. Inclusive, o presidente do INSS [Instituto Nacional do Seguro Social] esses dias

me questionou: "E os não binários, como nós vamos incluir na previdência binária?". Aí eu falei pra ele: "Querido, vamos esperar chegar". E aí ele falou que a gente não pode modificar a legislação da maneira como ela está hoje, porque vai ter que passar por dentro do Congresso e a gente não vai conseguir inserir pessoas não binárias com a atual formação desse Congresso.

Vamos esperar a primeira decisão judicial. Com a primeira decisão judicial chegando, a gente vai ter que dar uma negativa geral. Dando uma negativa geral, ela vai subir para o STJ [Supremo Tribunal de Justiça], vai subindo, subindo até chegar no STF [Supremo Tribunal Federal], porque no STF a gente não vai debater e ela vai se tornar uma ampla decisão judicial. E *erga hominis*, que a gente fala, é pra todo mundo. Então, pra nós, isso é importante. A gente vai ter que conquistar através do Judiciário uma coisa que a gente queria fazer por dentro do Executivo, mas a gente não vai conseguir.

Aí existe também a questão da contribuição previdenciária, principalmente para pessoas travestis e transexuais, por causa da questão do tempo de contribuição. Foi estudado fazer uma regra de transição após a retificação. Eu fui lá, sentei com o pessoal do INSS e falei "Deixa como está", porque senão isso ia dificultar muito o processo. Ah, mas e as mulheres? Os homens trans que antes contribuíram pelo gênero feminino? Bom, com um bônus, vem um ônus. Infelizmente, com o bônus vem o ônus.

A maioria de nós, 91% da população de travestis e transexuais, são prostitutas. E nem por isso a gente tem um tempo específico de contribuição. A gente sabe que são 35 anos. Só que 35 anos é a expectativa de vida de pessoas travestis e transexuais, e nem por isso a gente consegue se aposentar com 20 anos. Então o ônus de um bônus, ele faz parte da questão previdenciária.

Lunara Santana - PALESTRANTE (COMUNIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA)

O ponto que tu falaste foi sobre a necessidade de tomar a tecnologia, retornando para aquele ponto de que é um grupo bem específico que desenvolve a tecnologia e a gente precisa hackear essa tecnologia, certo?

Então, é importante sim a gente ter pessoas trans também na computação. A gente tem que ter pessoas trans ali, entendendo para

além do tecnicismo sobre o gradiente de uma rede neural ou a transformação de um processamento de linguagem natural, para além de entender como essas tecnologias funcionam - porque, na realidade, só quando pessoas como nós batem de frente com essas tecnologias é que se percebe todos os problemas que elas têm.

Assim, é preciso divulgar programação, sim, é preciso divulgar a computação para pessoas, inclusive pessoas trans, de diversas áreas. Eu diria isso para minha comunidade: tomem a tecnologia, tomem esses recursos para a gente poder construir com eles uma coisa pra gente, porque no final acaba sendo muito a gente pela gente.

Wil Pereira - PALESTRANTE (SETOR EMPRESARIAL)

E uma última linha, porque me pediram aqui no WhatsApp: CGI, vamos criar uma ação afirmativa para ampliar a faixa de idade de pessoas trans. A gente chega muito tarde nas universidades, a gente morre cedo, e não dá para com 25 anos parar de ser Youth. #MelhoraCGI.

Rudá Lemos - RELATORIA (SETOR EMPRESARIAL)

Apresentadas as problemáticas de coleta e tratamento de dados referentes à população de pessoas trans, travestis e não binárias e as dificuldades de acesso - pode-se dizer também violências - que esse cenário produz -, foram apresentados aqui, a partir da perspectiva multissetorial, diversas estratégias para modificar o cenário atual com a inclusão dessa população nas diversas áreas da tecnologia, do ensino, da pesquisa e da extensão.

Esta mesa é composta por várias pessoas, primeiras pessoas trans a acessarem suas respectivas áreas de atuação - o que é, como apontado pelo colega do IBRAT, uma triste realidade. Que esta não seja a única, e que mais pessoas trans estejam presentes em painéis transcitrados e também não transcitrados na história do FIB. E que não estejamos sempre fadados a falar apenas sobre transgeneridade, mas também sobre os diversos temas que pesquisamos e sobre as diferentes realidades em que atuamos. Esta seja hoje a primeira mesa, mas definitivamente não mais a única. Obrigado!

Bruni E. Fernandes - MODERAÇÃO (COMUNIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA)

Bom, gente, concluindo nosso painel, eu passo aos agradecimentos. Agradecemos ao CGI e ao FIB pela abertura de espaços. Esperamos, reiteramos, que este seja o primeiro de muitos. Estendo os agradecimentos ao Coletivo C-PARTES, à Rede Transfeminista de Cuidados Digitais e também ao Ministério da Previdência Social na figura da Amanda. Muito obrigado!